



(GEO)GRAFIAS FEMINISTAS, TERRITÓRIOS DE USO COMUM E O CORPO-TERRITÓRIO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA UHE DE BELO MONTE

Laís Alves dos Santos ¹
Michel de Melo Lima ²

RESUMO

O presente trabalho analisa a produção de territórios de uso comum e do corpo-território enquanto espaços de luta emancipatória das mulheres espoliadas no contexto da construção da usina Hidrelétrica de Belo Monte. Para tanto, utilizou-se dos seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica de teorias e abordagens geográficas críticas e de natureza interdisciplinar, com destaque para a construção de geografias corporificadas realizada pelas geografias feministas, assim como para a teoria dos comuns e os movimentos de resistências em torno de territórios de usos comum e do corpo-território; b) levantamento e análise bibliográfica de caráter histórico-geográfico sobre a realidade de Altamira; c) levantamento e análise de dados primários e secundários em fontes documentais relacionadas ao tema de investigação; d) observação sistemática de campo (anos de 2018 e 2019); e) realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres/lideranças de movimentos sociais (Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Movimento dos Atingidos por Barragens e Conselho Ribeirinho) diretamente impactados pela construção da UHE de Belo Monte. Os resultados destacam a defesa dos territórios de uso comum (rios e suas margens, ilhas e interior da floresta) e uma (re)significação/(re)apropriação dos corpos-território a partir da (re)políticação do cotidiano das mulheres, do reconhecimento de seu protagonismo histórico e da produção autônoma da sua vida. Elas estão e são corpo-território dentro deste processo.

Palavras-chave: Mulheres, Altamira, Comum, Corpo-Território.

ABSTRACT

The work analyzes the production of the common territories and the body-territory as spaces of emancipatory struggle of dispossessed women in the context of the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant. In order to do so, the following methodologies were used: a) literature review on critical geographic and interdisciplinary theories and approaches, with an emphasis on the construction of embodied geographies carried out by feminist geographies, as well as on the theory of the commons and the resistance movements based on common territories and the body-territory; b) literature review and analysis on the history and geography of Altamira; c) primary and secondary data collection and analysis in documentary sources concerning the research topic; d) systematic field observation (years 2018 and 2019); e) semi-structured interviews with women/leaders of social movements (Xingu Alive Forever Movement, Movement of People Affected by Dams and the Riverine Council) directly impacted by the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant. The results highlight the defense of common territories (rivers and their banks, islands and forest interiors) and a (re)signification and (re)appropriation of bodies-territories starting from the (re)politicization of women's everyday life, the recognition of their historical role and the autonomous production of their life. They are bodies-territories within this process.

Keywords: Women, Altamira, Common, Body-Territory.

¹ Mestranda do Curso de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, lsalves62@gmail.com

² Doutor em Ciências (Desenvolvimento Socioambiental) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, da Universidade Federal do Pará – UFPA, mmlgeo@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O texto apresentado versa sobre a produção social do espaço (LEFEBVRE, 2013), tendo em vista o seu legado para a constituição de uma geografia corporificada (SILVA; ORNAT; JÚNIOR, 2019) associada ao cercamento/espoliação (HARVEY, 2004) capitalista de recursos amazônicos e aos conflitos e movimentos de resistências em torno de territórios de usos comum regionais (LIMA, 2020), principalmente a partir das ações e lutas concretas de mulheres amazônicas atuantes em movimentos sociais que se colocam na “contramão” da modernização conservadora, patriarcal, machista, racista e desterritorializante ocorrida na realidade paraense de Altamira.

Para contextualizar o debate empreendido, é importante destacar que, ao analisar a realidade brasileira e o seu processo de modernização territorial que ocorre em diferentes níveis, é possível inferir que o país atualmente se apresenta como um tipo de “palco” do crescimento e da intensificação de toda sorte de conflitos urbanos e agrários, de lutas por afirmação de direitos sociais e éticos, de consolidação de estratégias de grupos em defesa do meio ambiente etc. (CASTRO, 2014).

A referida situação é produto do modelo/subjetividade econômica capitalista, de “razão neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2016), que é adotada como a principal forma de produção e reprodução social, e, também, nas palavras de Castro (2012, 2014), de sua expressão diferenciada na estrutura de classes, no aumento das desigualdades sociais, nos casos de corrupção, e, por fim, nos limites impostos à realização dos direitos e atendimento de demandas dos cidadãos. Diante disso, tem-se a difusão do capitalismo na Amazônia brasileira, revelado pelo aumento do interesse na exploração dos recursos naturais da região, que é concebida como um espaço estratégico e um campo aberto à produção, principalmente de *commodities*, com a vantagem competitiva da facilidade de escoamento para o mercado mundial.

É nesse sentido que Altamira e as lutas territoriais capitaneadas pelas mulheres se destacam como referência de estudo, em um espaço urbano que é inserido no processo de modernização regional, pois sua dinâmica socioespacial está, em diferentes intensidades, relacionada à uma temporalidade ligada histórica e geograficamente ao rio Xingu e suas margens, suas ilhas e à floresta, assim como vincula-se ao aproveitamento capitalista da Amazônia e ao contexto de (re)valorização de atributos locais, energéticos e “naturais”; sendo estes, produtos da mercadificação de amenidades naturais e do estímulo e/ou estabelecimento de projetos turísticos, energéticos (hidroelétricos) e minerais.



Partindo desta problemática, o presente trabalho analisa a produção de territórios de uso comum e do corpo-território enquanto espaços de luta emancipatória das mulheres espoliadas no contexto da construção da usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Do ponto de vista dos dados que embasam o debate empreendido neste texto, utilizou-se dos seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica de teorias e abordagens geográficas críticas e de natureza interdisciplinar, que permitem entender o avanço do capitalismo de razão neoliberal e o espaço socialmente produzido no período contemporâneo na Amazônia, com destaque para o processo de espoliação de recursos e a construção do corpo-território e de geografias corporificadas – propõe-se desenvolver uma perspectiva teórico-prática preocupada com os feminismos(s) interseccionais (classe, gênero, raça e sexualidade) realizada pelas geografias feministas (ORNAT, 2008; SILVA, 2005, 2009, 2014), com destaque para a teoria dos comuns (DARDOT; LAVAL, 2017), do território e corpo-território (HAESBAERT, 2009, 2014, 2020) –; b) levantamento e análise bibliográfica de caráter histórico-geográfico sobre a realidade de Altamira; c) levantamento e análise de dados primários e secundários em fontes documentais relacionadas ao tema de investigação; d) observação sistemática de campo (anos de 2018 e 2019), com inventário, comparação e análise de elementos da paisagem e de suas dinâmicas espaço-temporais; e) realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres/lideranças de movimentos sociais (Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Movimento dos Atingidos por Barragens e Conselho Ribeirinho) diretamente impactados pela construção da UHE de Belo Monte e por sua modernização subjacente, com ênfase nas trajetórias de luta e de (re)politização do corpo – espaço de afeto, de relações de poder, de libertação de condições de submissão e opressão, de cultura etc. – enquanto totalidade-pessoa.

O artigo estrutura-se em duas partes que se complementam e mais as considerações finais. A primeira apresenta o processo de formação histórico-geográfica de Altamira, com foco na produção, em diferentes momentos, de territórios de uso comum, e na modernização de seu espaço urbano, impulsionada principalmente pela implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A segunda apresenta os dados obtidos em campo, sobretudo as entrevistas que expressam as trajetórias de luta em torno dos territórios de uso comum e a (re)politização dos corpos das mulheres/lideranças dos movimentos sociais regionais, detalhando o agrupamento das corporalidades a partir da análise do território na escala das espacialidades e temporalidades sociais cotidianas dessas mulheres, de modo a destacar como a luta e o enfrentamento delas se constrói a partir das mais diversas práticas que transformam não só suas vidas, mas as de todos e todas que estão ao seu redor, como defende bell hooks (2017).



MODERNIZAÇÃO, ESPOLIAÇÃO E TERRITÓRIOS DE USO COMUM EM ALTAMIRA

Para entender o avanço e as estratégias inerentes ao processo de difusão do capitalismo, é necessário atentar para a sua história e os seus “descarrilamentos”, as lutas em torno da acumulação e as estratégias que transformam, renovam e constantemente expandem este modo de produção para o conjunto da sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016).

É nesse sentido que se destaca a expansão da economia de mercado e de suas relações contratuais, a produção do espaço em sua tendência de afirmação da dimensão da troca e dos valores de troca (LEFÈBVRE, 2013), a atualidade do processo de acumulação por espoliação³, a produção de aparatos institucionais, normativos e subjetividades como formas de dominação e estruturação da vida social (DARDOT; LAVAL, 2016) e, por fim, todo um conjunto de contradições, lutas populares e conflitos que se apresentam como enfrentamentos dessa acumulação (HARVEY, 2012).

É a partir dessas premissas que se pensa o conjunto de transformações recentes ocorridas na Amazônia brasileira. Assim, é por meio do (des)encontros de temporalidades sociais, de lógicas diferenciadas de relação sociedade-natureza, de espoliações e de perspectivas coloniais atualizadas/mobilizadas por interesses de acumulação e cobiça (CASTRO, 2010) que ocorre a produção do espaço na Amazônia, num embate entre tempos sociais contraditórios, discordantes (e suas hibridizações), associados, de um lado, aos usos e valores de uso coletivos dos rios, da floresta e da vida, e, de outro lado, ao processo modernizante em curso, que, direta ou indiretamente, expressa os intentos de efetivação da racionalidade do “progresso” capitalista (OLIVEIRA, 2000; TRINDADE JR., 2014).

Este é o ponto de partida para interpretar as transformações ocorridas na realidade de Altamira, espaço situado em contexto distinto e cujos conteúdos socioespaciais urbanos e rurais foram e são, direta e indiretamente, alterados pela razão do capital e de seus grandes projetos, com destaque para o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, que conta com suas duas barragens e um canal fluvial construído.

³ Para Harvey (2004), a acumulação por espoliação ainda está em andamento e diz respeito às relações de apropriação, de exploração, de cercamento e de cooptação do capitalismo sobre os modos de produção não-capitalistas, que envolvem a liberação de ativos, tais como: os direitos de propriedades intelectuais de grandes corporações sobre materiais biogenéticos; a transformação, em mercadoria, de formas culturais, históricas e de criatividade intelectual de populações originais/tradicionais; a corporativização e a privatização de recursos ambientais globais (terra, ar, água), de bens públicos (universidades) e de direitos coletivos (previdência, saúde, legislações trabalhistas); a degradação de habitats que impedem formas capital-intensivas de produção etc.



A origem de Altamira situa-se no (des)encontro de populações indígenas com colonizadores europeus, no contexto amazônico dos séculos XVII e XVIII. O município, localizado no sudoeste paraense, na chamada Volta Grande do Rio Xingu⁴, foi desmembrado do antigo município de Souzel (Senador José Porfírio), tendo a sua sede instalada na vila de Altamira por meio do Decreto Legislativo nº 1.234, em 6 de novembro de 1911 (ALONSO; CASTRO, 2006).

Assim, é a partir das práticas de aldeamento dos grupos indígenas (Xipaia, Curuaia, Juruna, Arara) realizadas pelos missionários da Companhia de Jesus e, posteriormente, pelos Capuchinhos, no período pombalino, que se tem a formação de missões religiosas que deram origem à Altamira (ALONSO; CASTRO, 2006). Dentre elas, destacou-se a missão Tavaquara, criada na confluência do rio Xingu com o igarapé Panelas. É por meio dela e do forte localizado na foz do igarapé Ambé, na margem esquerda do rio Xingu, que se estabeleceram as primeiras bases de Altamira, que foi elevada à categoria de cidade em 1917 (COSTA, 2004; MIRANDA NETO, 2016).

A cidade de Altamira desempenhou função de entreposto comercial, estimulando a exploração de recursos naturais, inclusive durante o período do extrativismo da borracha (ALONSO; CASTRO, 2006). O comércio extrativista propiciou relativa dinamização econômica e a reafirmação de Altamira como um centro de destaque no médio Xingu (UMBUEIRO; UMBUEIRO, 2012).

Por outro lado, a queda da demanda da borracha no mercado europeu, o arrefecimento de seus fluxos populacionais e o fim da segunda guerra mundial demarcaram um período de estagnação econômica (1920-1960) na região em referência. Por conta disso, o espaço da Volta Grande do Rio Xingu e a cidade de Altamira não apresentaram alterações significativas em seu quadro socioespacial (CORRÊA, 1987; COSTA, 2004), no qual, em paralelo ao processo de estagnação econômica, diversos sujeitos (indígenas, ribeirinhos, agricultores, barqueiros,

⁴ A Volta Grande do Rio Xingu consiste num território que conta com aproximadamente duzentos quilômetros de extensão, abrangendo parte dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio, e que faz parte da *fall line zone* (zona de linha de queda) sul amazônica (COSTA, 2004). Trata-se de uma área densa e diversificada, composta por rios e seus afluentes, igarapés, lagos, furos, igapós e uma floresta primária com madeiras de lei raras e diversas espécies endêmicas (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016). É habitada por pescadores, ribeirinhos, agricultores, coletores, moradores que ocupam os beiradões e por povos indígenas de diversas etnias, especialmente Xipaia, Kuruaia, Kayapó, Juruna e Arara; grupos que historicamente desenvolveram uma combinação de agricultura, extrativismo vegetal, caça e pesca, elementos fundamentais para a sua reprodução material e social (ALMEIDA; MARIN, 2014).



marisqueiros, oleiros, caçadores etc.) desenvolviam usos e territorialidades comuns⁵ dos recursos hídricos e florestais existentes, com destaque para apropriações do rio Xingu e suas margens, dos igarapés, das ilhas e do interior da floresta.

O revigoramento urbano de Altamira ocorreu somente a partir das ações do Estado desenvolvimentista, na década de 1960 (COSTA, 2004). A reafirmação de sua centralidade urbana estava ligada à intensa migração inter-regional de trabalhadores na abertura das frentes de expansão ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230) e à criação do Programa Integrado de Colonização (PIC-Altamira), que alterou sobremaneira a constituição da rede urbana na qual a cidade estava inserida. E foi neste momento que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se encarregou de organizar os assentamentos de colonos na Transamazônica, com a promessa de garantir assistência técnica e financeira aos recém-chegados (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Posteriormente, também influenciaria definitivamente o espaço urbano e rural de Altamira os estudos de aproveitamento hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Xingu. Assim, desde o ano de 1975, a Eletronorte já projetava a construção das barragens de Kararaô (que ficaria conhecida, futuramente, como Belo Monte), Babaquara, Jarina, Ipixuna e Kokraimoro, seguindo os inventários do potencial energético do rio Xingu. De todo modo, foi somente em 1980 que a empresa efetivamente iniciou os estudos sobre o que foi denominado Complexo Hidroelétrico de Altamira, que era composto por duas usinas (Kararaô e Babaquara), objetos espaciais que, juntos, inundariam 8 mil quilômetros quadrados de terras (ALONSO; CASTRO, 2006).

A usina de Belo Monte, um dos principais projetos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), teve a sua licença de instalação efetivamente liberada no início do ano de 2011, quando iniciaram os procedimentos necessários à recepção do grande volume de mão de obra (formação de acampamentos para os trabalhadores) e as prospecções para a instalação e construção do empreendimento (construção de canteiros industriais) (MAGALHÃES, 2017).

O grande objeto espacial entrou em operação em abril do ano de 2016, com capacidade instalada de 11.233,1 MW e um lago formado que abrange uma área de 516 quilômetros

⁵ Inspira-se na definição de território de Haesbaert (2014), do que é comum de Dardot e Laval (2017, 2018) e em visitas de campo para destacar que os territórios de uso comum em Altamira consistem em espaços apropriados/vividos/partilhados pelos sujeitos, principalmente o rio Xingu e suas margens, os igarapés urbanos e o interior da floresta; estes que consistem em recursos essenciais a partir dos quais se que consubstancia usos coletivos, práticas vividas e relações sociedade-natureza – extrativismo vegetal, pesca, caça, agricultura de subsistência e referencial simbólico cultural – que foram e são essenciais para grupos sociais que, mesmo (co)existindo em meio a relações capitalistas, não têm no ideal de acumulação o seu elemento central de reprodução social.



quadrados, inundando partes dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

O empreendimento dispõe de duas barragens e um canal fluvial construído. A primeira (barragem do sítio Pimental) localiza-se em Altamira, no início do trecho encachoeirado em desnível que se estende por toda a Volta Grande do Rio Xingu. A segunda (usina do sítio Belo Monte) está situada no município de Vitória do Xingu, ao fim do trecho encachoeirado. O barramento do sítio Pimental redireciona a vazão principal do rio Xingu para um canal de 20 quilômetros de comprimento, conduzindo a água desviada até diques que abastecem a geração no sítio Belo Monte, no qual se pretende gerar energia através de 18 turbinas. A partir desse processo de redirecionamento segue para a Volta Grande apenas um resíduo da vazão original do rio (MIRANDA NETO, 2016; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016).

Os impactos causados pelo empreendimento na população da cidade foram significativos, sobretudo nas consideradas Áreas Diretamente Afetadas (ADAs) urbanas, que estavam localizadas na faixa de segurança de até 100 metros acima do nível do mar (MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016). As populações que residiam nestas áreas, desde o ano de 2014, foram e estão sendo transferidas para os novos loteamentos urbanos situados no entorno do núcleo central da cidade. Estes, ao menos em tese, deveriam ser dotados de infraestrutura urbana básica, com rede de abastecimento e sistema de tratamento de água, rede de esgoto, energia e pavimentação asfáltica (MIRANDA NETO, 2016).

Ao total, são lotes urbanos distribuídos em seis loteamentos planejados, denominados RUCs (Reassentamentos Urbanos Coletivos), compostos por uma população de baixo poder aquisitivo que, em sua maioria, é formada por ribeirinhos⁶, indígenas que moram na cidade (CARDOSO, 2018), oleiros e demais moradores que residiam em espaços periféricos na orla fluvial do rio Xingu e nos três igarapés urbanos (Ambé, Altamira e Panelas). São eles: RUC Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul, Laranjeiras e Pedral/Tavaquara. O processo de reassentamento foi e é acompanhado de intensos debates sobre a adequação infraestrutural

⁶ Os ribeirinhos atingidos pelo empreendimento compulsoriamente se distanciaram do seu modo de vida ligado ao rio e à floresta, já que foram realocados em espaços distantes do Xingu, o que dificultou o desenvolvimento da atividade pesqueira, a sua principal fonte de subsistência. Soma-se a isso o fato de que antes do estabelecimento da hidrelétrica, a “vida ribeirinha” baseava-se na lógica de dupla moradia: a casa nas ilhas e nas margens do rio serviam como o lugar de pesca, de agricultura de subsistência (com comercialização da produção excedente), de descanso e de relacionamento com a natureza; e a moradia urbana despontava como o ponto de apoio para a venda do pescado, dos produtos das roças ou para adquirir utensílios urbanos (WEIBERMEL, 2017).



desses espaços e sobre a garantia dos serviços e equipamentos urbanos essenciais a serem implantados nessas áreas (mapa 01), o que produz conflitos entre a empresa, a prefeitura municipal e movimentos sociais de atuação local e regional (MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

É nesse fervilhar que igualmente se destaca, de um lado, a continuidade da lógica de (re)produção do espaço urbano enquanto mercadoria, da espoliação e dos ideais empreendedores através do estabelecimento de melhorias urbanas voltadas para o processo de valorização turística, recreativa e ambiental das margens dos igarapés urbanos e da orla da cidade, e, de outro lado, conquistas sociais, como iniciativas de retorno das populações ribeirinhas para territórios situados ao longo do rio Xingu e a construção do RUC Pedral/Tavaquara, que destoa dos outros cinco RUCs por ser um produto do atendimento de uma demanda dos espoliados, sobretudo dos indígenas na cidade (CARDOSO, 2018).

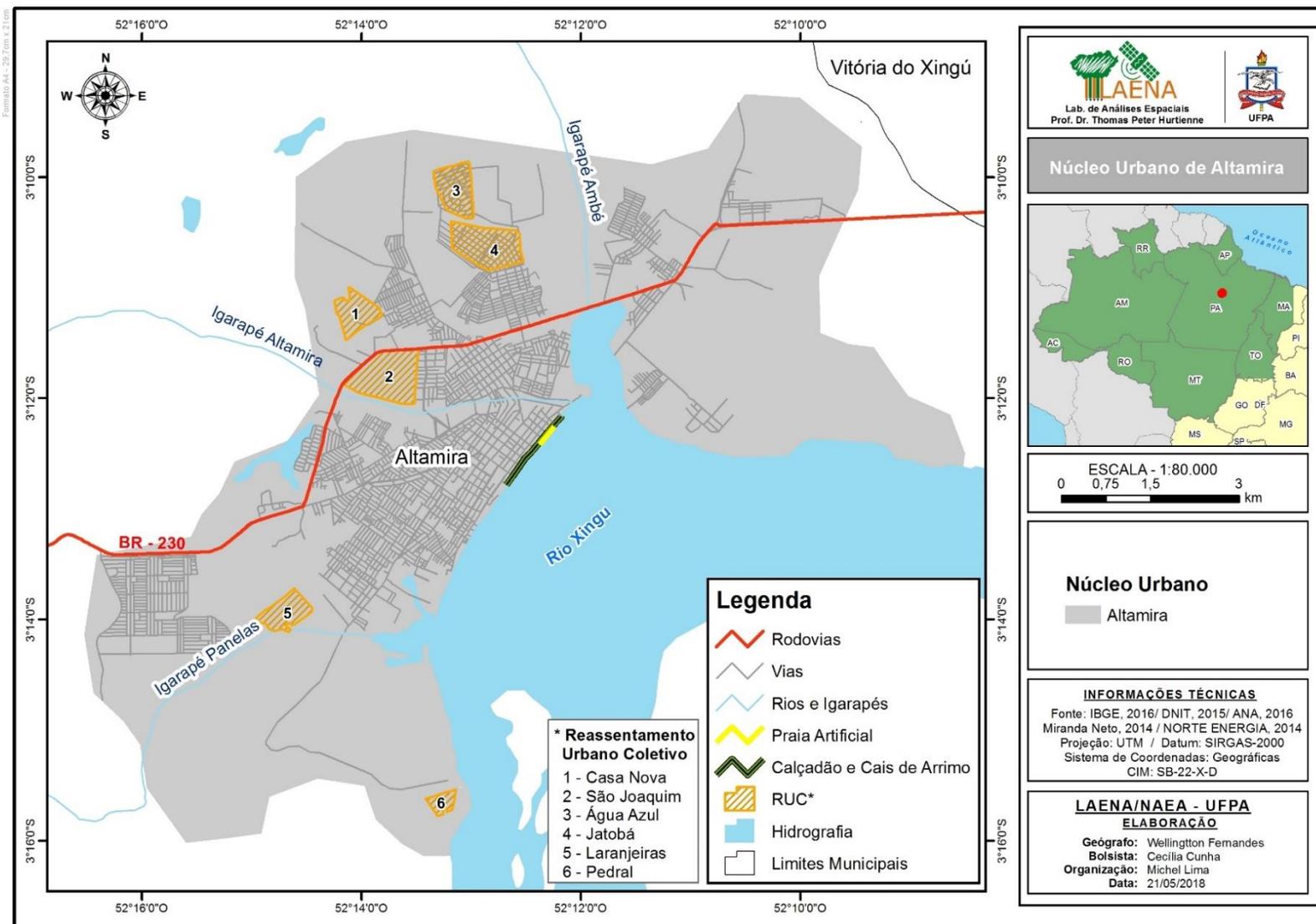
O sexto RUC, que é de responsabilidade da Norte Energia S.A. em parceria com o poder público municipal e federal, acabou sendo inserido nas condicionantes do empreendimento hidrelétrico por meio de muita pressão e mobilização popular (WEIBERMEL, 2017; BARRETO, 2019). Ademais, a partir dos trabalhos de campo e de coletas de informações atuais fornecidas por representantes de movimentos sociais locais, constatou-se que muitos moradores ainda aguardam a finalização da obra por parte da empresa e definições relacionadas ao atendimento de alguns serviços (transporte coletivo, unidade básica de saúde, educação indígena, adequação infraestrutural ao modo e vida ribeirinho e indígena etc.) demandados pela população do bairro.

Assim, diversos grupos sociais de atingidos, populações que habitavam o rio Xingu e suas margens, os igarapés urbanos e o interior da floresta, são compelidos a se deslocar para a cidade, formando unidades de mobilização, retomando reivindicações de demandas e o reconhecimento de vivências que não foram consideradas durante a elaboração e execução do empreendimento hidrelétrico (ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017).

Os referidos grupos, juntamente com a igreja e outras organizações que focavam os seus esforços de mobilização por meio da articulação de redes de relações direcionadas por entidades ou associações sindicais (Comunidades Eclesiais de Base, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Conselho Indigenista Missionário, Movimento dos Atingidos por Barragens etc.) formaram resistências e organizaram lutas em função de seus interesses (COSTA, 2004; ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017), sobretudo de manutenção de suas identidades culturais e de seus recursos de uso comum.



Mapa 01 – Núcleo Urbano de Altamira





Dessa forma, difusão do processo de modernização infraestrutural (intensificado após a década de 1960), com destaque para a instalação da rodovia Transamazônica e do grande projeto hidrelétrico na região de Altamira, e a ascensão do valor de troca em detrimento do valor de uso do rio, dos igarapés e da floresta, patrocinados pelo grande capital e o Estado, também levaram os territórios de uso comum citados a se configurarem como uma contradição/contraposição/insurgência ao desenvolvimento do grande capital neste espaço da Amazônia (LIMA, 2020). Além disso, as unidades de mobilização em torno da sua defesa fizeram surgir bandeiras de luta coletivas assentadas em subjetividades de caráter mais cooperativo, subversivo e solidário, que, de maneira geral, são difundidas como formas originais de ação e discurso (princípios políticos [DARDOT; LAVAL, 2017, 2018]) entre os grupos sociais atingidos direta e indiretamente pelas ações modernizantes.

É nesse sentido, de defesa dos territórios de uso comum, que também se produzem ações e lutas concretas de mulheres amazônidas atuantes em coletivos e/ou movimentos sociais locais e regionais; estas que se colocam na “contramão” da modernização e de toda sorte de relações conservadoras, patriarcais, machistas, racistas e desterritorializantes, com suas lutas e a (re)politização da escala mais íntima, micro, que é o corpo (dimensão de afeto, de relações de poder, de cultura, de [re]apropriação da vida), o primeiro território insurgente tal qual teorizado por Haesbaert (2020, 2021).

BARRARAM NOSSO RIO, RESISTIMOS NO CORPO-TERRITÓRIO

“A palavra Xingu significa ‘A morada dos Deuses’, então é muito significativo, é muito místico o rio Xingu e as suas populações, e essa mística ela é envolvente” (Mulher 01, moradora da cidade de Altamira, 71 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).

Em *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*, Silva (2005) destaca elementos de “insubordinação”, desafiando a instituição do saber científico eurocentrado, indo “além do nosso universo branco, asséptico e burguês instituído nos ambientes da pesquisa acadêmica universitária” (SILVA, 2009, p.14). Ornat (2008) também defende a ideia de que os estudos de gênero e sexualidade são uma interessante possibilidade geográfica, que pode ajudar na compreensão de especificidades, abrindo-nos para um novo mundo, que é muito mais “complexo” e “diverso”. A abordagem geográfica de gênero enfatiza a necessidade de entender não



somente as relações desiguais de classe, como também das relações de diferenciação de gênero como significativas na estruturação/produção do espaço. Portanto, debruçar-se-á na busca de uma análise de classe e gênero, sendo de grande importância ressaltar que se entende a geografia como uma totalidade enquanto ciência social, que não está alheia aos binarismos que a definem como humana, agrária, regional, urbana, física, cartográfica e do ensino, mas que se amplia, e, também, possibilita a realização de análises mais plurais.

Assim, é prioridade nesse trabalho ressaltar essa relação existente em torno da produção do espaço e como isso influencia diretamente na organização política dessas mulheres em movimentos⁷. Como apresentado na primeira parte do escrito, à medida em que Altamira é construída a partir de lógicas exteriores, os corpos transgressores (SILVA, 2008) também se mostram presentes, principalmente a partir do enfrentamento em defesa dos territórios de uso comum. Esses corpos territoriais são constituídos a partir de trajetórias interseccionadas pela classe, pelas desigualdades de gênero e principalmente pelo contexto de luta.

Ademais, a construção espacial e/ou de identidades políticas também envolvem processos dinâmicos e dialéticos, e, por esse motivo, apresenta várias dimensões, como a de formação, de luta, de contestação das relações de trabalho subordinadas e experiências e vivências, tanto na organização, quanto na transformação social. É uma construção de identidade individual, mas que são influenciadas e motivadas pela coletividade. A partir dela, se constroem sujeitos políticos ativos, e não meros espectadores frente a uma trajetória de luta. Busca-se evidenciar essa geograficidade desses corpos que não se dissociam dos seus territórios de uso comum.

Nesse sentido, será apresentado adiante uma sistematização (quadro 01) que indica elementos que interseccionam as trajetórias geográficas dessas mulheres. O corpo, que já nasce político por si, é o início de trajetórias marcadas que se encontraram no mesmo espaço-tempo de uma sociedade patriarcal, (geo)grafias de vida surgidas para delimitar territórios, movimentos, ou, até mesmo para personificar pesquisas que ultrapassam o modelo hegemônico. São trajetórias geográficas diferentes que apresentam os elementos necessários para compreender que o nosso primeiro território, a nossa primeira morada é o corpo (HAESBAERT, 2020, 2021). Ele que sofre, mas, também, é ele que enfrenta.

⁷ Cabe destacar que as mulheres entrevistadas, no ano de 2019, participam de diferentes frentes de luta em movimentos socioespaciais plurais, e, por conta disso, suas identidades foram preservadas.



Quadro 01 – O reconhecimento da identidade política através do corpo feminino

Mulheres em movimentos e suas atuações em âmbito local/regional	Trajétórias Geográficas de inserção nos movimentos
<i>Mulher 01 – Atuação no Movimento Xingu Vivo Para Sempre: defesa do meio ambiente, dos direitos populações, dos laços comuns com os territórios, produção de ações práticas de enfrentamento e de visibilidade, empoderamento e de força política coletiva</i>	“Eu sou da coordenação do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, tá?! A gente não tem assim... presidente, não! Nós temos uma coordenação, que são várias pessoas que estão neste trabalho, várias equipes que tão nesse trabalho hoje, nessa luta [...]. Então, tem uma equipe mais voltada a questão do apoio da organização das mulheres em Altamira e na região [...]. Sou feminista há muitos anos, trabalho também na organização das mulheres em Altamira e na região, ajudar elas a se organizarem, a elas serem protagonistas das suas lutas, dos seus direitos no seu município, no seu local e regionalmente, nacionalmente. [...] mas hoje nós não somos mais movimentos só a nível local, nós somos o movimento além-fronteiras, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre com esse objetivo da luta, da resistência pela defesa dos rios, das águas, dos territórios e da história dos povos, da Amazônia e do planeta como um todo. [...] então essa é uma das preocupações nossas, de lutar para que as instituições de direito, que têm esse papel faça suas obrigações independente do governo violento, omisso e conivente com essa violência no campo, principalmente contra os agricultores, contra quem defende a terra, dos agricultores, dos sem-terra. Contra quem defende essas mineradoras que tomam as terras indígenas, que tomam as terras dos agricultores, que tomam as terras dos ribeirinhos, enfim, das pessoas estão no seu território para o lucro dessas empresas, mineradoras, dessas empresas transnacionais, nacionais, multinacionais... Enfim, é um governo que apoia todos esses crimes, esse governo que aí está no poder. Mas, que nesse país tem lei, que é a Constituição Federal, então é uma preocupação nossa, mas a nossa resistência... A nossa luta é cobrar dessas instituições que cumpram a lei, que cumpra a Constituição Federal, que cumpra a lei para que diminua esses conflitos e que realmente os responsáveis sejam punidos. [...] porque assim, esses projetos são de uma total violação de direitos, são criminosos. Empresas, governos, bancos... Todas essas corporações junto ao Estado são altamente criminosas, violadores de Direitos Humanos, de toda sua amplitude.” (moradora da cidade de Altamira, 71 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).
<i>Mulher 02 – Atuação no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): defesa dos direitos populações atingidas, dos laços comuns com os territórios, produção de unidades de mobilização e de força política coletiva</i>	“Eu vim com essa questão da barragem e desse processo da barragem de Belo Monte, porque na verdade foi isso, mas, também tem um pouco da convivência familiar, como é que se diz?!... Do machismo também, né?! Eu, na verdade, tô separada agora. Me separei nesse... Após a mudança, porque uma das coisas que a Norte Energia fez foi no momento do cadastro econômico e da negociação com a empresa para moradia, para indenização, a empresa não negociava somente com as mulheres. Ela teria que ter a união estável, nem só com mulheres, nem só com homens. Mas, dificultava mais para as mulheres, inclusive. Então para mim, foi uma forma machista e patriarcal que a empresa tratou principalmente as mulheres atingidas nessa região de Belo Monte. Mas, dificultava mais para as mulheres, inclusive. Então para mim, foi uma forma machista e patriarcal que a empresa tratou principalmente as mulheres atingidas nessa região de Belo Monte. Hoje a gente isso vê isso claramente, porque a gente tem vários exemplos, não só o meu. Várias coisas acontecendo, que leva a gente a acreditar que realmente foi esse modelo que a empresa, a Norte Energia implementou aqui. Por exemplo, no meu caso, eu tive que fazer a união estável com meu companheiro pra poder receber a moradia. Todo mundo teve que fazer. A empresa não negociava se não tivesse a união estável. Então, tinha que registrar no cartório, então essa era tipo uma chantagem que a empresa fazia. Se não tiver a união estável, não fazemos a negociação! Então, todo mundo que morava ali nas palafitas, todos,



	<p>a não ser aqueles que era viúvo, ou viúva não fazia [...]. Foi uma luta coletiva, primeiro momento assim... Claro que nem todo mundo vem, mas, a maioria começou a entender que era importante fazer essa luta, e a gente começou a fazer, a exigir da empresa primeiro o diálogo. Para que pudesse dialogar sobre impactos na questão dos ribeirinhos, e na volta né?! E aí, logo em seguida se criou o Conselho Ribeirinho. Foi importante também nesse processo, a criação do Conselho Ribeirinho. Porque isso ajudou a ter um coletivo. O coletivo é importante, né?! Não só de representação, mas assim, o coletivo que é importante para entender mais a fundo a pauta dos ribeirinhos para a gente poder fazer esse embate com a empresa.” (moradora da cidade de Altamira, 36 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p><i>Mulher 03 – Atuação no Conselho ribeirinho: defesa dos direitos populações, dos laços comuns com os territórios, produção de unidades de mobilização, de representatividade e de força política</i></p>	<p>“O conselho foi criado pra reconhecer os invisíveis de Belo Monte. O conselho nasceu porque a gente se deu conta que... Assim, nós estávamos sendo injustiçados e não tinha ninguém que nos olhasse, porque a Procuradoria [da República] tava aqui, mas para cuidar da causa indígena. Não por causa do ribeirinho. [...] Eu nasci na beira do Rio Parnaíba, me criei na beira do rio Pindaré-Mirim, me casei e vim para a Beira do Itacaúnas, saindo do Itacaúnas, fui para o Tocantins, que é o rio lá da Barragem de Tucuruí e saí de lá direto para a Beira do rio Xingu. [...] se eu tivesse que dizer antes de barragens... porque foi duas barragens que acabou com o meu, quer dizer, não acabou, me ensinou muitas coisas que eu não sabia. Por exemplo, a barragem de Tucuruí me ensinou a lutar pelos meus direitos, a de Belo monte me ensinou a tirar diploma do que eu sei fazer, que é defendê-los. Então, assim, as barragens são destruidoras do seu ambiente, da sua vida, do seu cotidiano. Mas, ela é uma professora de um modo muito diferente, muito cruel que te ensina a você se reerguer [...] minha vida hoje é corrida, mas é divertida! Porque eu tô reassenta[tada], mas eu tô lutando para ver meus amigos reassentados como eu. Eu tô com a terra produtiva, mas eu quero ver minha vizinhança, mesmo que a gente não vai mais morar junto, mas num local edificado que nem eu tô! Eu quero ver um vizinho meu dizer pra mim ‘muito obrigada porque hoje eu estou reassentado’. Então, a minha história hoje é uma sede de justiça pelos injustiçados de Belo Monte. [...] eu nunca quis Belo Monte, porque eu sabia que vinha com um arrastão de desgraça pra cá e foi isso que aconteceu. Então, eu não quis. Quando eu disse que não queria, que não era do meu feitio barragem, porque eu já estava atingida por uma outra barragem [...] eu comecei a aprender na barragem de Tucuruí e aqui eu tirei o diploma de entender que quem é dono da floresta não é os bens, somos nós que preserva. Os governos são os destruidores da floresta e da biodiversidade que a floresta tem, das riquezas naturais que Deus nos deu. O que ele quer é dinheiro, o que nós quer é terra, floresta e água limpa.” (moradora da cidade de Altamira e da Comunidade Terra Prometida [município de Vitória do Xingu]), 61 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>

Elaboração: Laís Alves dos Santos, 2021.



A dualidade masculino/feminino é digna de observação. Gradativamente, durante nossas vidas, constroem-se valores e características que “fazem” a nossa personalidade (e corpo) mais forte ou aparentemente mais fracos. Questões dominantes e conflitivas que representam e fazem representar normas ou personificar conflitos. O pensamento é essa fonte de criação, e, também, um lugar, pois nele nos resguardamos da exterioridade. Todavia, mais que lugar, ele é território e suas fronteiras não possuem limites. Muitas mulheres vivenciam a opressão do lar, inclusive de modo violento, que as exclui da vida pública, das universidades, de soar a voz, disputar a produção do conhecimento sobre si, os espaços de socialização política e o não reconhecimento de suas lutas diárias, restando a elas conviver com as suas “confusões” internas, estas que podem (ou não) levá-las além da casa através de um processo de transgressão, de resistência e até mesmo organização.

A identidade interseccionada de gênero se constrói a partir das vivências exteriores, da casa em que habitam, das situações de repressão, da tentativa de encontrar lugares de fala e disputá-los. Contudo, o pensamento é a dimensão que está sempre ocupada em perceber o sentido das coisas, inclusive, do sofrimento que acompanha todo esse processo de amadurecimento. É quando se entende que mulheres, ou a maioria delas, estão inseridas na singularidade e angústia da condição privada do ser mulher em uma sociedade patriarcal. A partir disso, têm-se a noção de que é quase impossível ter um pensamento ileso ou estar livre de sentimentos tais como raiva, revolta e medo. Rasgar esses papéis pode causar sofrimento. Eles roubam o sono, mas, levam a analisá-los constantemente e projetar um novo sentido que condiz com uma perspectiva de futuro e esperança. Para algumas é mais óbvio que é preciso transgredir. Para outras, é mais difícil, e quando há a percepção de ajuda ou acolhimento, este processo pode se tornar menos dolorido. É nesse sentido que no presente escrito, mulheres e movimentos se relacionam a partir de articulações e intersecções como é proposto por Silva (2005).

A primeira mulher tem uma vida dedicada a militância. Ela inclusive foi citada na entrevista da segunda mulher como uma inspiração, por, historicamente, incentivar mulheres a lutarem pelos seus direitos. Ela, ao longo de sua entrevista, apresenta os fatores que à levaram ao ativismo político, uma construção que começa no momento da abertura da Transamazônica. A preocupação com o território e o uso comum sempre a acompanharam, e, mesmo nos momentos em que seu corpo-território esteve ameaçado, ela não abandonou a sua bandeira de luta.



A segunda mulher entra na militância quando sente na pele a realidade de ser atingida pela barragem, pelo patriarcado e pelo machismo. Seu conflito se amplia em casa, quando durante a des-territorialização provocada pela construção de Belo Monte ela se viu induzida pela Norte Energia a estabelecer união estável com o seu, na época, companheiro. A empresa não negociava só com as mulheres, como é apresentado no quadro. Além da conflitualidade com a empresa, a mulher passou a ter embates na nova morada quando mudou para o reassentamento. O companheiro usava a casa como uma forma de chantageá-la, tendo em vista que cada vez mais ela se dedicava ao enfrentamento em face dos direitos cerceados. Isso gerou desconfortos entre o casal, porém, o seu processo de construção política já apresentava uma outra ótica da vida. Ela já estava participando ativamente da militância, através da qual havia obtido formações que explicavam, dentre outros assuntos, as desigualdades de gênero. Por essa razão e pelo empoderamento adquirido na luta em defesa dos territórios de uso comum, a mulher trocou o relacionamento e uma situação de cerceamento e de violência pela sua liberdade em lutar pelas causas nas quais acredita.

A mulher 03 também teve que se (re)construir no enfrentamento, pois em seu passado vivenciou outra experiência de desterritorialização por barragem com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, revivendo tal situação degradante com Belo Monte. Sua experiência representa as dificuldades de ser e existir enquanto ribeirinha na Amazônia, populações alvo de ações e de um modelo/subjetividade capitalista de uso de recursos regionais. Assim, a única forma de sobrevivência possível é através do enfrentamento coletivo, e a defesa de seu território de uso comum é a sua maior força motriz para encarar e impulsionar lutas socioespaciais contra essa brutal realidade.

Em sintonia com o debate empreendido, destaca-se que Haesbaert (2021) analisa como o conceito de território sofre transformações que perpassam não somente pelas análises que envolvem o seu uso, mas, também, as dinâmicas de poder. Ele chama atenção para compreendermos a importância do “corpo” enquanto componente da natureza. Quais os limites entre o corpo-território e a natureza? As mulheres que foram atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte o descobriram a partir de práticas violentas. Porém, a contradição e a relação entre o corpo-território se manifestam nas formas de envolvimento. As mulheres e o rio coexistem! Elas foram as vozes que gritaram contrárias ao barramento do rio e não permitirão que a razão de mundo neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) sufoque o seu comum.



Quadro 02 – Mulheres, territórios de uso comum e raízes do corpo-território

Mulheres e o corpo-território	Elementos do corpo-território a partir das experiências individuais
<i>Mulher 01 – Luta em defesa dos territórios de uso comum, pela garantia de direitos e perpetuação da vida na Amazônia</i>	Não conseguirão jamais! Por mais que passe, que nós passemos, mas que outras gerações, que outras raízes estão aqui para continuar a brotar e dá vida. Então, há um simbolismo muito forte, uma mística muito forte dessa luta por garantia por direitos, por vida, por defesa... Enfim, é a vida, né?! É uma vida, mas uma vida vivida, uma vida de luzes, de expressão, de ações concretas acima de tudo, não só de palavras, mas de ações concretas que se tenta reproduzir e fazer no nosso dia-a-dia [...]. São raízes... Que por vezes, quando cortam uma árvore, pensa que matou a árvore, mas, as raízes elas podem brotar lá do fundo da terra, que elas pegam a seiva, a água que é vida, e elas brotam! Podem matar algumas, mas nem todas. (Mulher 01, moradora da cidade de Altamira, 71 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019)
<i>Mulher 02 – Luta em defesa dos territórios de uso comum, pela reprodução simples e preservação do ambiente</i>	É um vínculo muito forte com um rio, porque assim, a gente viveu às margens do rio. Eu pelo menos, nasci e me criei tomando banho do Rio Xingu, e na questão econômica também. A gente sempre sobreviveu sem muita coisa, sem muito dinheiro. A gente não precisava de muito dinheiro para viver bem, porque a gente tinha um rio, de onde tirava o peixe, era a terra de onde a gente plantava às margens do rio. Então, para nós assim tratava-se da sobrevivência! O rio ele significa para nossa sobrevivência nossa, que a gente não precisa de muito dinheiro para viver bem, nessa questão. E, nessa questão do movimento social, essa luta na preservação, a preservação disso [...]. Acho que é por isso que a gente se enxerga na luta do movimento social, nós enquanto atingido, ribeirinho, indígena... Todo mundo junto se enxerga nessa luta de momento social, porque o movimento ele busca essa questão da perspectiva da preservação do meio ambiente, que para nós é a mesma coisa. Para nós, o meio ambiente é tudo. (Mulher 02, moradora da cidade de Altamira, 36 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).
<i>Mulher 03 – Luta em defesa dos territórios de uso comum e da biodiversidade</i>	Eu sou parte dos rios [...] então o rio já fez o meu corpo, minhas veias, minha mente... O rio já está comigo desde quando nasci. [...] então, o ribeirinho é isso, ele se refaz. Qualquer hipótese em que a gente fique sem casa, sem-terra, mas a gente se refez, a gente se levantou de uma outra maneira. A gente se usa como a mata, se eu corto uma castanheira, mas ela já jogou o coco em outro canto e nasceu outro. Nós somos isso, os ribeirinhos. Nós não têm o instinto da morte, porque eu sempre falo que tudo isso que aconteceu é uma história reta. Mas pra morte, há esperança! O determino do ribeirinho é a coragem, o desejo de mudança. Que mudança é essa? Uma mudança em que possa a futura geração vê o que nós estamos vivendo hoje, viver na biodiversidade da água doce e com a franqueza da mata, porque a mata é o comando do mundo. (Mulher 03, moradora da cidade de Altamira e da Comunidade Terra Prometida [município de Vitória do Xingu], 61 anos representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).

Elaboração: Laís Alves dos Santos, 2021.



A des-territorialização produzida por Belo Monte simula a perda de poder em termos de controle no território (HAESBAERTH, 2004). Entretanto, toda des-territorialização, implica em um processo de re-territorialização, em que os sujeitos des-territorializados reorganizem suas relações sociais em outro espaço. Um processo de des-territorialização representa então, a multiplicidade que as dinâmicas territoriais possuem, estando sempre em um processo de devir. Des-territorialização no sentido dessa pesquisa é entendido a partir de Haesbaert (2004) como “perda” de controle político de um espaço, nesse caso, dos territórios-terra ribeirinhos e florestais.

Dessa forma, entende-se que a escala geográfica de atuação das mulheres 01, 02 e 03 em movimentos pode ser definida também como uma contradição do capital, fazendo referência aos espaços de consolidação e negação da hegemonia, gerando espaços contra hegemônicos em defesa do existir nas mais diversas escalas. O fardo que o corpo carrega consigo é pesado. As desigualdades de gênero e a violência direcionada aos movimentos contra hegemônicos da Amazônia é real e brutal. Assim, carregar um corpo politizado na Amazônia, além de representativo, é uma forma de afirmar que enquanto existirem práticas de territoricídio, haverá a re-territorialização do corpo-território a partir das práticas de enfrentamento e resistências (HAESBAERT, 2021).

Assim, como ressaltado pela mulher 01, existe uma mística muito forte e o Xingu não é só a morada dos Deuses, mas também fonte de subsistência, como resalta a mulher 02; e ele produz o corpo, pois é parte constituinte de como a vida se fez, como resalta a mulher 03. Suas narrativas trazem a vida e o devir como elemento de (re)existência. A tentativa é de fazer morrer a natureza em nome do capital, mas o que estas mulheres apresentam como ponto de convergência é a luta em defesa de seus territórios de uso comum (rio Xingu, espaços de orla, igarapés, interior da floresta) e a (re)significação/(re)apropriação de seus corpos-território a partir da (re)politização do seu cotidiano, do reconhecimento de seu protagonismo histórico e da produção autônoma da sua vida. Elas estão e são corpo-território dentro deste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise de dados secundários e histórico-geográficos, da verificação empírica e das entrevistas com lideranças de movimentos sociais de expressão regional,



constatou-se que diferentes, contraditórias e conflitantes espacialidades e temporalidades sociais se fazem presentes em Altamira.

A referida situação remonta ao início do processo de ocupação regional, ao avanço de frentes econômicas capitalistas provenientes das ações de grandes empresas (sobretudo Norte Energia S.A. [NESA]), do Estado desenvolvimentista e, mais recentemente, neoliberal, e da emergência de contradições, resistências e conflitos, em torno de territórios de usos comum e/ou do reconhecimento de outros protagonismos sociais assentados na perspectiva do corpo-território.

Entende-se como necessário debater estes aspectos, que podem particularizar as diferentes formas de resistência, no caso em tela, daquelas que estão existindo e (re)existindo pela segurança alimentar, pelo reconhecimento de seus protagonismos sociais e pelo direito ao uso de seus múltiplos territórios de uso comum. Existe então um esforço de pensar o feminismo geograficamente, visando interpretar as relações não só de opressão, mas de afinidades políticas como argumenta Haraway (2000). Dessa forma, destaca-se como imprescindível (re)conhecer que as mulheres, em alguns casos, são o “front” da representação dos movimentos e da organização nos territórios, ou pelo menos, são a base necessária para que o território exista.

Assim, diversos fatores e situações podem excluir os corpos femininos dos espaços políticos, acarretando o silenciamento, ou, o não reconhecimento de suas lutas diárias, restando, em alguns casos, conviver com os “conflitos” internos. Todavia, a realidade de Altamira permite contemplar o contrário. Os exemplos de luta personificados nos corpos das mulheres apresentam, justamente, como as identidades interseccionadas de gênero se constroem a partir das vivências exteriores, estas que se colocam para além da casa em que habitam, das situações de repressão vividas e residem na disputa, na defesa e na (re)descoberta do território que as constituem. As suas afinidades políticas (HARAWAY, 2000) motivadas pela consciência da “exclusão” e de perda levaram ao contexto da coletividade de um movimento de mulheres, e a organização desse grupo de mulheres representa uma estratégia de enfrentamento na/da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. *In*: OLIVEIRA, João



- Pacheco de; COHN, Clarice (orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014. p. 143-169.
- ALONSO, Sara; CASTRO, Edna. Processo de transformação e representações rural-urbano em Altamira. *In*: DUARTE, Ana Cláudia Cardoso (org.). **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. p. 161-215.
- BARRETO, Andreia Macedo. **Território de águas na Amazônia**: ribeirinhos e o direito à propriedade coletiva da terra. Curitiba: Juruá, 2019.
- CARDOSO, Suellem Maciel. **A cidade dos invisíveis?** indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. 2018. 221 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. *In*: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (orgs.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p.39-68, jul./set. 1987.
- COSTA, Reinaldo Corrêa. **Xingu-Transamazônica**: linha de queda, territorialidades e conflitos. 2004. 408 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A sombra de outubro**: a revolução Russa e o espectro dos soviets. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- GLASS, Verena. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: a história de Belo Monte. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA-FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Autonomia Libertária, 2016. p. 405-424.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 75-90, jun. 2020.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/descolonial na América Latina. Rio de Janeiro: PosGeo/CLACSO, 2021.
- HAESBAERT, Rogério. A corporificação “natural” do território: do território à multiterritorialidade da terra. **GEographia**, v. 23, n. 50, 2021.
- HARAWAY, Donna. Um manifesto para os ciborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. *In*: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (Eds.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LEFÈVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.



- LEME. **Relatório de Impacto Ambiental**: aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte. Brasília, DF: Leme, 2009.
- LIMA, Michel de Melo. **Territórios de uso comum na Amazônia**: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional. 2020. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Introdução – A voz dos ribeirinhos expulsos. *In*: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manoel Carneiro da (Orgs.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. p. 25-34.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa; SILVA, Ygor Yuri Pereira da; VIDAL, Cleide da Luz. Não há peixes para pescar nesse verão: efeitos socioambientais durante a construção de barragens – o caso de Belo Monte. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 37, p. 111-134, maio. 2016.
- MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Os nexos da re-estruturação da cidade e da rede urbana**: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.
- MIRANDA NETO, José Queiroz de; HERRERA, José Antonio. Altamira-Pa: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Confins**, Paris, n. 28, p. 01-18, out. 2016.
- OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.
- ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 309-322, 2008.
- SILVA, Joseli Maria (Ed.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Todapalavra Editora, 2009.
- SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo Uerj**, v. 1, n. 18, p. 3-19, 2008.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *In*: LIMONAD, Ester; CATRO, Edna (orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-294.
- UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boga; UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. **Altamira e sua história**. 4. ed. Belém: Ponto Press, 2012.
- WEIBERMEL, Sören. A negociação e desposseção: violação de direitos e violência psicológica na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. *In*: BLANKE, Svenja; KURTENBACH, Sabine (coord.). **Violencia y desigualdad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: ADLAF, 2017. p. 235-250.